



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

As "bichas" e os "bofes" na "crise do sistema penitenciário

Autoria: Vanessa Sander (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Este work busca analisar como gênero e sexualidade se constituem como elementos tensionadores de impasses e ?crises? no sistema prisional. Parto de uma etnografia que tem como um de seus lugares-chave a Ala LGBT de uma penitenciária masculina, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. A unidade em questão comporta o pavilhão que sedia a política de alas, abrigando qualquer pessoa presa no estado de Minas Gerais que opte por firmar um documento declarando-se homossexual ou travesti. A partir da análise de algumas cenas e diálogos recolhidos em campo, pretendo refletir sobre porque, como e desde onde ocorre o disparador que faz com que as prisões e toda a malha institucional punitiva ganhem destaque dentro das demandas e pleitos dos movimentos trans; e que também faz com que essa população ganhe proeminência nas produções técnicas de determinados aparelhos de estado. Além disso, busco analisar as maneiras pelas quais esses discursos e práticas de estado operam nas práticas conjugais e afetivas das travestis privadas de liberdade, configurando tramas institucionais complexas que envolvem dinâmicas e disputas classificatórias, a emergência de novos sujeitos de direitos, narrativas sobre violência sexual e sensações de crise. Nesse sentido, busco refletir sobre os nós institucionais que certos corpos e acionamentos de gênero e sexualidade trazem para o sistema prisional, fazendo com que a Ala LGBT, anteriormente conhecida como ?política modelo?, passasse a ser descrita pelos gestores como uma ?política em crise?. Ademais, a referenciada ?crise? que envolve o pavilhão LGBT parece articulada a uma retórica da crise que atravessa todo o sistema penitenciário de forma mais ampla. Assim, pensando como a própria noção de crise evoca uma demanda moral por uma diferença entre o passado e o futuro, busco refletir sobre como a emergência de novos sujeitos de direitos na política penitenciária e a presença de certos corpos evocam estados de emergência e atravessam os ciclos de fracasso e reparação que edificam o sistema prisional.



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

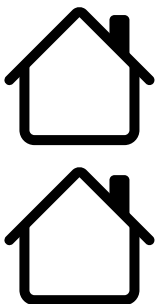
ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: